

## **ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO SISTEMA DE PARCERIA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS EM DIFERENTES FASES DO CICLO ECONÔMICO <sup>1/</sup>**

Patrícia Gebrim <sup>2/</sup>

Carlos Antônio Moreira Leite <sup>3/</sup>

Sebastião Teixeira Gomes <sup>3/</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

Diante da recessão que vem sempre ameaçando o País, faz-se necessário verificar se crises econômicas afetam diretamente o setor agrícola. Nesse setor, destaca-se a pequena produção, como parte responsável pela produção de alimentos.

Os pequenos agricultores caracterizam-se, basicamente, pela produção de produtos domésticos, pelo uso intensivo da mão-de-obra, essencialmente familiar, e, ainda, pela pouca disponibilidade de capital e terra. Representam, porém, importante papel no abastecimento interno de alimentos.

Uma série de fatores tem contribuído para desestimular os pequenos produtores a produzirem alimentos. Dentre esses fatores citam-se: dificuldade de acesso ao crédito; utilização de técnicas rudimentares; assistência técnica inadequada às suas condições econômicas; dificuldade de acesso aos canais de comercialização; dificuldade de acesso à terra, para parceiros e pequenos proprietários; baixo nível de remuneração das culturas; tendência generalizada para a especialização na monocultura, de maior rentabilidade; e baixo nível de organização em associações e cooperativas (14).

O problema da oferta de alimentos é de grande relevância, considerando que em períodos de crise econômica o setor agrícola tende a aumentar a oferta de produtos do mercado externo, visto serem menos afetados pela recessão interna. Pa-

---

<sup>1/</sup> Aceito para publicação em 18-8-1988.

<sup>2/</sup> Ministério do Trabalho — SENAR. Esplanada dos Ministérios Bloco 10 — Anexo — 2.º andar. 70.059 Brasília, DF.

<sup>3/</sup> Departamento de Economia Rural da U.F.V. 36570 Viçosa, MG.

ralelamente, observa-se uma queda nos preços dos produtos de mercado interno, em relação aos produtos de exportação, o que acarreta aumento da sua rentabilidade relativa. Se essa maior rentabilidade acarretasse maior utilização de recursos nesses produtos e, conseqüentemente, menor disponibilidade desses fatores para a produção de produtos domésticos, dever-se-ia esperar uma diminuição na oferta interna de alimentos, juntamente com a elevação de seus preços.

Entretanto, esse impacto negativo sobre a oferta interna de alimentos poderá não ocorrer, uma vez que menos recursos deverão ser necessários para satisfazer à demanda interna de produtos agrícolas, em razão de seu menor crescimento e da maior disponibilidade de recursos produtivos para a agricultura, especialmente para a produção de alimentos.

Por outro lado, observa-se que, em períodos de crises, há menor absorção de mão-de-obra pelo meio urbano, o que acarreta desemprego. Isso faz com que a demanda interna de alimentos tenha menor crescimento e, conseqüentemente, caiam os preços dos produtos agrícolas. Ao lado do menor crescimento da demanda, o êxodo rural diminui, de acordo com o custo de oportunidade dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados rurais. Assim, a menor absorção de mão-de-obra beneficiará os produtos domésticos que têm esse fator como responsável pelos custos totais da sua produção.

Portanto, haverá maior potencial de crescimento da produção de alimentos, em virtude da maior oferta de fatores de produção e do menor crescimento da demanda. Paralelamente, admitem-se alterações na estrutura agrária, ou seja, a importância relativa da pequena produção familiar deverá aumentar, em relação à da produção capitalista.

Esses indicadores, que, entrelaçados, justificam alterações no «comportamento» do setor agrícola em períodos de recessão econômica, estão fundamentados em colocações feitas por REZENDE (11). Segundo esse pesquisador, sua importância deve-se ao fato de ser o salário rural da pequena produção determinado pela renda alternativa. Assim, ao encontrar desemprego na economia, paralelamente, o custo de oportunidade da mão-de-obra cai. Portanto, o salário rural da pequena produção, que se baseia na mão-de-obra familiar, tende a cair mais do que o salário rural da agricultura capitalista, haja vista que para essa agricultura o salário rural está ligado ao salário mínimo.

GRAZIANO DA SILVA (7), ao referir-se à dinâmica da recriação e destruição da pequena propriedade no Brasil, durante as décadas de 60 e 70, afirma que,

«na fase de *subida do ciclo* econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista, no campo, e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes, na forma de pequenos posseiros. Na fase de *descenso do ciclo*, as pequenas propriedades expandem-se, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou estrutura agrária consolidada».

Em outras palavras, observa-se que, em períodos de crise, a grande propriedade tenta diminuir seus custos variáveis e os riscos através da exploração de sua terra pelos parceiros e arrendatários.

Segundo Rask, citado por LOPES (9), em períodos de acentuado desenvolvimento o meio rural exibe uma tendência à marginalização do pequeno agricultor, principalmente no que se refere a regiões que apresentam a grande e a pequena produção. Além disso, a literatura mostra que a pequena produção apresenta diferença nas diferentes fases do ciclo econômico: nos períodos recessivos, é maior a

importância da pequena produção agrícola, que, em vista do desemprego no setor urbano, passa a absorver mais mão-de-obra. Conseqüentemente, o setor agrícola atua como amortecedor da crise econômica, tentando estabilizar a oferta agrícola (15).

Por outro lado, em oposição a essas colocações, SAYAD (12), analisando o setor agrícola durante fases de recessão econômica, concluiu que não absorve mão-de-obra em períodos de crise, uma vez que os preços agrícolas diminuem, por estarem relacionados com a liquidez do sistema, acarretando decréscimo nos investimentos e, conseqüentemente, maior liberação de mão-de-obra.

O desaquecimento econômico ocorrido no País a partir de meados da década de 70 foi acompanhado de forte processo inflacionário, paralelamente ao déficit na balança comercial, bem como de estreitamento do mercado de trabalho e menor crescimento da produção de alimentos. Esse último dá-se mediante uma substituição na composição da produção (1). Com isso, verifica-se que novos direcionamentos merecem mais atenção, fazendo sobressair, de maneira geral, a população que está diretamente ligada ao processo de produção de alimentos, ou seja, a categoria dos pequenos produtores — os principais responsáveis por essa produção — a quem cabe importante papel nas soluções e na tomada de medidas, objetivando superar as conseqüências da crise econômica.

Diante disso, faz-se necessário reconsiderar as políticas agrícolas que visam ao aumento da renda, da produtividade e da produção agrícola.

Considerando que a literatura, apesar de admitir diferença de comportamento entre os pequenos produtores em diferentes fases do ciclo econômico, não apresenta evidências empíricas que retratem essa realidade, procurou-se verificar se essa diferença ocorria entre os parceiros da Zona da Mata de Minas Gerais, tendo em vista a reconhecida importância social desse grupo, considerado, juntamente com os pequenos proprietários, de até 10 ha, como a categoria mais carente da ação do setor público e com menores condições para o aumento da produtividade e da renda.

Foi objetivo do presente estudo verificar, empiricamente, se os parceiros da Zona da Mata de Minas Gerais apresentavam diferença de comportamento, considerando duas fases distintas do ciclo econômico: o período não-recessivo (de 1977 a 1980) e o período recessivo (de 1981 a 1984).

Especificamente, pretendia-se verificar se havia variação na área cultivada, na produção agrícola, na produtividade da terra e da mão-de-obra, no excedente comercializado dos parceiros e na área dada em parceria pelos proprietários em diferentes fases do ciclo econômico.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Área de Estudo

Cerca de 39% da população da Zona da Mata de Minas Gerais encontra-se no meio rural (Quadro 1). No que se refere à distribuição de terras, observa-se alta concentração de pequenas propriedades: 77% dos estabelecimentos rurais têm até 50 ha e ocupam apenas 27% da área total; em contrapartida, 22,7% das propriedades rurais apresentam área superior a 50 ha e ocupam 72% do total da área (Quadro 2).

A Zona da Mata foi a região escolhida para o desenvolvimento deste estudo por motivo da grande utilização do sistema de exploração em parceria. Cerca de 23,9% das propriedades rurais utilizam esse sistema. Tal percentual é superior à

QUADRO 1 - População rural, urbana e total, da Zona da Mata e de Minas Gerais, em 1960, 1970 e 1980. (Em 1.000 habitantes)

Regiões	Anos	População rural		População urbana		População total	
		Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
Zona da Mata	1960	955,8	62,76	567,2	37,24	1.523,0	100
	1970	802,2	50,73	779,0	49,27	1.581,2	100
	1980	648,1	39,41	996,4	60,59	1.644,5	100
Minas Gerais	1960	5.858,7	59,80	3.940,1	40,20	9.789,8	100
	1970	5.434,3	47,26	6.063,3	52,74	11.497,6	100
	1980	4.404,5	32,89	8.986,4	67,11	13.390,8	100

FONTE: FIBGE (3, 4, 5, 6).

QUADRO 2 - Número de área dos estabelecimentos da Zona da Mata de Minas Gerais, por extrato de área, 1980

Extratos de área (ha)	Estabelecimento		Área	
	Número	%	Hectares	%
Menos de 10	25.408	34,50	120.324	3,70
10 — 20	13.830	18,80	201.331	6,20
20 — 50	17.642	24,00	570.004	17,50
50 — 100	9.074	12,30	640.857	19,70
100 — 200	4.956	6,70	686.272	21,00
200 — 500	2.291	3,10	665.151	20,40
500 a mais	428	0,60	375.264	11,50
Total	73.629	100,00	3.259.203	100,00

FONTE: FIBGE (6).

média do Estado (11,3%) e à do Brasil (5%), o que indica a importância da parceria na região (8).

A agropecuária é o principal setor produtivo da região, respondendo por cerca de 80% da oferta de emprego e 45% da renda total (10).

Foram selecionadas as culturas de arroz, milho, feijão e café, mais representativas da economia da região.

## 2.2. Dados

Os dados foram coletados pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, através de questionários aplicados anualmente aos produtores, no período de 1977 a 1984, para fins de avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural da Zona da Mata de Minas Gerais — PRODEMATA.

Podem-se verificar, através da taxa de variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), indicador de crescimento na atividade econômica, duas fases distintas no período de 1977 a 1984. No subperíodo de 1977 a 80 o País apresentou taxa anual de crescimento do PIB superior a 5%, o que caracteriza expansão da economia brasileira. No subperíodo de 1981 a 84 a variação anual do PIB foi, por duas vezes, negativa (81 e 83), e a média do subperíodo foi apenas de 0,1% ao ano, conforme dados do Quadro 3. Para fins deste estudo, o subperíodo de 1977 a 80 foi considerado não-recessivo e o de 1981 a 84 como recessivo.

Por outro lado, observa-se, ainda, que o Estado de Minas Gerais, por apresentar uma economia aberta, é susceptível a influências externas. Em razão disso, acompanhou o processo recessivo ocorrido na economia brasileira no período analisado. No período de 1977 a 80, considerado como não-recessivo, a economia apresentou uma taxa de crescimento do PIB, a preços constantes, de 6,2%. Já no período posterior, 1981/84, essa taxa caiu, no mercado de Minas Gerais, para apenas 0,9%. Isso faz com que o referido período seja também caracterizado por declínio global no nível das atividades (Quadro 4).



QUADRO 3 - Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), de 1977 a 1984. Preços correntes (Base 1970 = 100)

Anos	Valor total (Milhões de cruzeiros)	Variação anual (%)
1977	2.486.769,8	5,7
78	3.763.867,0	5,0
79	6.311.762,0	6,4
80	13.163.817,8	7,2
Variação do período		6,0
81	25.631.771,9	-1,6
82	50.815.295,2	0,9
83	120.267.535,0	-3,2
84 (*)	386.967.408,6	4,5
Variação do período		0,1

FONTE: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2).

(\*) Dados preliminares.

### 2.3. Amostra

Em razão dos objetivos deste trabalho, foram duas as amostras, uma de parceiros (pequenos agricultores) e outra de proprietários de até 200 ha (não necessariamente pequenos agricultores), que cedem parte de suas terras aos parceiros.

Para verificar se houve variação na área cultivada, na produção agrícola, na produtividade da terra e da mão-de-obra e no excedente comercializado, durante as diferentes fases do ciclo econômico, as amostras deste estudo abrangeram a categoria de parceiros, entrevistados regularmente no decorrer das atividades do PRODEMATA. Essa categoria é aqui entendida como agricultores que não possuem terra e assumem uma relação de dependência para com os proprietários da terra. Tal relação se dá mediante contrato, geralmente verbal, no qual as partes estabelecem uma forma de participação nas despesas da exploração da terra, durante um período prefixado. Nesta situação encontraram-se 47 parceiros.

Para atender ao objetivo específico, saber se houve variação na área dada em parceria, considerou-se a categoria de proprietários, ou seja, todos os produtores que detinham a posse de até 200 ha de terra e que foram incluídos na amostra total do Programa, independentemente de terem participado, ou não, das atividades ao longo do período em estudo.

### 2.4. Instrumentos de Análise

Utilizaram-se a análise tabular e de tendência e o teste estatístico de médias,

QUADRO 4 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, a preços de mercado, em Minas Gerais, de 1970 a 1985  
(Porcentagem)

Ano inicial	Ano final														
	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971
1970	8,0	7,9	8,4	9,3	9,9	11,6	12,4	12,7	13,9	14,5	14,2	13,7	11,9	10,4	7,3
1971	8,1	8,0	8,5	9,5	10,2	12,0	13,1	13,5	15,1	16,0	16,0	16,0	14,3	14,5	
1972	7,6	7,4	8,0	9,0	9,7	11,7	12,9	13,3	15,2	16,3	16,6	16,7	14,0		
1973	7,1	6,9	7,4	8,5	9,2	11,4	12,7	13,2	15,5	17,1	17,8	19,4			
1974	6,1	5,7	6,1	7,2	7,8	10,1	11,4	11,7	14,2	16,0	16,3				
1975	5,1	4,6	4,9	6,0	6,4	8,9	10,2	10,2	13,1	15,7					
1976	4,0	3,3	3,5	4,4	4,6	7,3	8,4	7,5	10,6						
1977	3,2	2,2	2,3	3,2	3,2	6,2	7,3	4,5							
1978	3,0	1,9	1,9	2,9	2,8	7,1	10,2								
1979	1,8	0,3	-0,1	0,6	-0,7	4,1									
1980	1,4	-0,6	-1,4	-1,1	-5,2										
1981	3,1	0,9	0,5	3,1											
1982	3,1	-0,1	-0,2												
1983	5,7	1,8													
1984	9,9														

FONTE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (13).

calculado para cada variável selecionada, por cultura, os quais permitiram verificar as diferenças entre os dois períodos considerados.

A equação de tendência utilizada apresentava a seguinte forma:

$$Y = a + bD + cT + dDT,$$

em que:

Y = log do valor do indicador;

a = constante da regressão;

D = variável binária, ou «dummy», que apresenta valor zero no período não-recessivo (1977/80) e valor um no período recessivo (1980/84);

T = tendência (anos);

b, c, d = coeficientes estimados da regressão.

A taxa geométrica de crescimento (TGC), calculada a partir dessa equação, apresenta a seguinte expressão:

TGC = antilog do coeficiente de T menos 1.

### 3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os resultados desta pesquisa, os parceiros da Zona da Mata não apresentaram comportamento muito diferente nas duas fases do ciclo econômico consideradas neste estudo. Isso se deu, especificamente, no que disse respeito aos indicadores, analisados por cultura, referentes a produção agrícola, área cultivada, excedente comercializado, produtividade da terra e produtividade da mão-de-obra.

Observa-se, ainda, que tendência semelhante ocorreu quando se analisou a área dada em parceria pelos proprietários. Verifica-se, ao longo do período (1977/84), que a fase recessiva (1981/84) tendeu a aproximar-se do período considerado não-recessivo (1977/80). Isso indica comportamento regular do parceiro da Zona da Mata. Essa regularidade pode estar, ou não, relacionada com as oscilações do ciclo econômico. É possível, porém, que o declínio geral das atividades econômicas do País não seja suficiente para afetar, de maneira direta, a produção agrícola dos pequenos agricultores.

Dentre os produtos analisados, observou-se que apenas a produção total de milho e de feijão consorciado apresentou taxas geométricas de crescimento (TGC) diferentes de zero (Quadro 5). Destaca-se que, apesar de apresentarem taxas de crescimento negativas, não houve diferenças na produção média dessas culturas nos períodos analisados. Com relação à cultura do milho, verificaram-se ainda níveis maiores de produção no período recessivo. Isso pode indicar tendência decrescente num período maior. Todavia, quanto à produção total do feijão solteiro, apesar das taxas aproximadamente iguais a zero, verificou-se queda significativa entre as médias dos períodos estudados.

As áreas cultivadas de arroz e café apresentaram tendência diferente das demais culturas nos dois períodos de análise, enquanto as culturas de milho e feijão apresentaram taxas geométricas de crescimento da área cultivada iguais, nos dois períodos, e não-diferentes de zero. Verificou-se aumento na taxa de crescimento da área cultivada de café no período recessivo, embora esse crescimento tenha sido menor, comparado ao do período não-recessivo. Com relação à área cultivada de arroz, verificou-se queda na TGC. A média da área cultivada pelos parceiros foi



QUADRO 5 - Valores médios da produção total (PT), área cultivada (AC), produção vendida (PV), produtividade da mão-de-obra (PMO) e produtividade da terra (PTE) de arroz, milho, feijão e café, de parceiros. Zona da Mata-MG, de 1977 a 1984

Anos	Indicadores				
	PT (kg)	AC (ha)	PV (%)	PMO (kg/DH)	PTE (kg/ha)
Arroz					
1977	2.267,1	2,4	35,9	24,4	901,3
78	3.215,5	2,2	32,6	44,7	1.204,7
79	2.912,9	2,4	33,0	41,8	950,4
80	2.487,5	2,7	32,3	33,2	953,3
TGC (%)	0	0	0	0	0
81	2.901,2	2,3	35,3	38,5	1.106,7
82	2.579,6	2,0	28,3	33,0	1.072,6
83	1.853,4	1,9	37,1	25,8	982,2
84	2.285,3	1,5	32,0	34,4	1.348,9
TGC (%)	0	-12	0	0	0
Milho					
1977	2.952,5	2,5	30,9	53,6	1.222,5
78	2.946,6	1,9	40,0	64,0	1.424,1
79	3.630,0	2,8	30,9	62,4	1.390,8
80	3.523,0	2,6	35,7	64,1	1.489,1
TGC (%)	7	0	0	0	0
81	3.958,0	2,9	32,6	64,6	1.394,1
82	3.936,1	2,8	31,0	69,9	1.443,8
83	3.277,6	2,5	34,8	63,5	1.368,0
84	3.330,6	2,6	31,6	66,5	3.333,3
TGC (%)	-6	0	0	0	0
Feijão					
1977	507,4	1,3	31,6	17,1	323,1
78	420,0	2,3	44,8	14,3	198,5
79	249,1	2,0	43,7	16,9	128,5
80	223,3	1,9	32,5	16,6	151,0
TGC (%)	-23	0	0	0	-23
81	310,0	2,1	31,7	19,0	232,0
82	374,6	2,0	41,6	22,5	224,2
83	245,4	2,4	26,5	15,9	194,2
84	325,4	1,8	29,7	21,1	327,2
TGC (%)	-3	0	0	0	9,2
Café					
1977	1.028,1	2,1	40,3	17,0	580,4
78	1.685,0	2,5	44,0	18,4	872,3
79	1.182,5	3,1	62,8	17,4	450,4
80	1.369,2	2,8	49,7	20,2	551,2
TGC (%)	0	11	0	0	0
81	3.085,2	2,6	45,3	39,9	1.120,6
82	2.871,6	3,0	49,2	23,5	739,0
83	3.070,9	3,2	43,2	34,0	1.036,8
84	3.115,9	3,0	45,8	31,3	3.119,2
TGC (%)	0	5	0	0	0

FONTE: Dados da pesquisa.

igual para arroz e café em ambos os períodos de análise, embora a rizicultura tenha apresentado, na fase recessiva, maior expansão da terra cultivada.

A análise do excedente de produção dos parceiros indicou que apenas o feijão solteiro apresentou comportamento diferente do das demais culturas analisadas. Ressalta-se o tradicionalismo da região na produção de arroz, milho, feijão e café. Enquanto o cultivo solteiro vem constituindo inovação no sistema de produção do feijão (verificou-se taxa geométrica do crescimento positiva no período recessivo e diferença significativa entre as médias dos períodos analisados), a cafeicultura apresentou queda significativa nas médias, apesar de ser nula a taxa de crescimento.

A produtividade da mão-de-obra, em todos os cultivos, não apresentou diferenciações nos dois períodos analisados. Para as quatro culturas estudadas, foi nula a taxa geométrica de crescimento da produtividade da mão-de-obra, em ambos os períodos. Apenas a cafeicultura apresentou diferença significativa entre as médias dos períodos examinados.

A produtividade do arroz, milho e café apresentou TGC constante e igual a zero em ambos os períodos analisados, enquanto o feijão consorciado e o feijão solteiro apresentaram taxas distintas entre os períodos, positivas na fase recessiva. Embora o feijão solteiro tenha apresentado taxa crescente, os níveis de produtividade do período recessivo foram menores do que os alcançados no período não-recessivo, o que não aconteceu com o feijão consorciado. Nos dois cultivos, não houve diferença entre as médias. Por outro lado, a cultura do milho e a do café apresentaram médias superiores no período recessivo, em comparação com as do período não-recessivo, sendo significativa a diferença entre elas (Apêndice 1A).

A parceria constitui importante atividade na Zona da Mata, já que os proprietários identificam ciclos econômicos como diferentes oportunidades para a exploração da terra. Nos períodos de recessão, a taxa geométrica de crescimento da área dada em parceria apresentou crescimento relativamente inferior ao dos períodos não-recessivos, sem apresentar diferença significativa da média desses períodos (Apêndice 1A).

De maneira geral, para os parceiros analisados neste estudo os ciclos econômicos não implicaram mudanças expressivas. Isto leva à conclusão de que, de certa forma, a pequena produção agrícola poderá minimizar os problemas da oferta de alimentos básicos, haja vista que sua produção praticamente não se altera em períodos de recessão econômica. Acredita-se que políticas agrícolas que beneficiem a infra-estrutura de apoio à produção e comercialização poderão contribuir para o incremento da produção agrícola desse grupo de produtores e, com isso, assegurar a estabilidade do abastecimento de alimentos.

Sabe-se que a produção de alimentos fica comprometida em períodos de crise e que os pequenos produtores são responsáveis por essa produção. Assim, a pequena produção, especificamente, pode fazer com que aumentem as possibilidades de o setor agrícola contribuir para a economia do País em períodos de recessão econômica. Para tanto, faz-se necessário direcionar políticas agrícolas de forma diferenciada para o setor, e o ponto de partida seria adequar políticas de desenvolvimento rural às «aberturas» deixadas pelas crises econômicas, facilitando a ação do Estado.

Entretanto, ao concluir esta pesquisa, verificou-se que flutuações do ciclo econômico podem afetar de maneira distinta os produtos agrícolas. Nesse contexto, recomendam-se, especificamente, programas diferenciados de estímulo à produção, fundamentados nas características de cada cultura, atrelando as taxas de financiamento ao «comportamento» individual dos preços recebidos pelo produtor.

## APENDICE

QUADRO 1A - Média de produção total (PT), área cultivada (AC), produção vendida (PV), produtividade de da mão-de-obra (PMO) e produtividade da terra (PTE) de arroz, milho, feijão solteiro (Fs), feijão consorciado (Fc) e café, no período não-recessivo (1977/80) e no período recessivo (1981/84). Paracatu, MG, 1977/80 e 1981/84

Culturas	Períodos						Significância do teste de diferença entre médias*			
	Não-recessivo (1977/80)			Recessivo (1981/84)						
	PT (kg)	AC (ha)	PV (%)	PMO (kg/ha)	PTE (kg/ha)	PT (kg)	AC (kg)	PV (ha)	PMO (kg/ha)	PTE (kg/ha)
Arroz	2.720,7	2,4	33,4	36,0	1.002,4	2.404,8	1,9	33,1	32,9	1.129,3
Milho	3.263,0	2,4	34,3	61,0	1.381,6	3.625,5	2,7	32,5	66,1	1.884,7
Fc	349,6	1,8	38,1	16,2	200,2	313,8	2,0	32,3	19,6	244,4
Fs	456,2	1,7	30,2	14,9	266,5	360,2	1,4	23,7	13,3	296,4
Café	1.316,1	2,6	49,2	18,2	613,5	3.035,8	2,9	45,8	32,1	1.503,8

S = Significante.

NS = Não-significante.

Assim, o custo do financiamento seria relacionado com o preço do produto vendido pelo produtor. Com isso, o financiamento rural estaria ligado à mesma unidade de valor da atividade do produtor.

Considerando o processo inflacionário nos períodos de crise econômica, acredita-se que essa forma de indexação possa ser benéfica, pois, ao diminuir a margem de risco dos agentes financeiros, os pequenos produtores teriam maior possibilidade de acesso ao crédito ou, ainda, passariam a disputá-lo pelo menos em condições de igualdade, o que traria efetivos benefícios à oferta agrícola.

#### 4. RESUMO

Com esta pesquisa, procurou-se analisar a tendência da pequena produção agrícola, em sistema de parceria, da Zona da Mata de Minas Gerais, em diferentes fases do ciclo econômico. Os ciclos analisados foram o período não-recessivo (1977-80) e o período recessivo (1981-84).

Concluiu-se que os parceiros da Zona da Mata mineira não apresentaram tendência muito diferenciada nos dois ciclos econômicos considerados neste estudo. No trabalho, ressalta-se a necessidade de considerar políticas agrícolas especiais para esses grupos de produtores, participantes de importância no abastecimento de produtos de consumo doméstico, visto terem desempenho definido nos ciclos recessivo e não-recessivo.

#### 5. SUMMARY

(ANALYSIS OF SHARECROPPERS' AGRICULTURAL PRODUCTION SYSTEM IN THE ZONA DA MATA (MINAS GERAIS) IN DIFFERENT PHASES OF THE ECONOMIC CYCLE)

This research analyses small-scale agricultural production in the region known as Zona da Mata, in Minas Gerais State, in two different phases of the economic cycle. The periods analysed were non-recessive (1977-80) and recessive (1981-84).

The main conclusion is that this category of producers does not present greatly different behavior during these economic cycles. The research shows that it is necessary to consider this peculiarity when agricultural policies are to be implemented to increase food surplus.

#### 6. LITERATURA CITADA

1. BARROS, J.R. & GRAHAM, D.H. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 8(3):695-726, 1978.
2. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro. Centro de Contas Nacionais. *Conjuntura Econômica*, 39(3):103-114, 1985.
3. FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico de Minas Gerais, 1960. VII recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro, s.d. 1977 p. (Série Regional, v. 1, tomo 9).
4. FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico de Minas Gerais, 1970, VIII recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1973. 676 p. (Série Regional, v. 1, tomo 14).

5. FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico do Brasil, 1980. IX recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1981. 95 p. (v. 1, tomo 1).
6. FUNDAÇÃO IBGE. *Censo agropecuário de Minas Gerais, 1980. IX recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1983/84. 533 p. (v. 2, tomo 3, n.º 16, 1.ª parte).
7. GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985. 115 p. (Coleção Primeiros Passos, 18).
8. INCRA. *Estatísticas cadastrais*. Brasília, 1974. vol. 1, 492 p.
9. LOPES, I.G.V. *As produtividades da terra e mão-de-obra dos pequenos agricultores numa região de São Paulo: dimensões e fatores explicativos*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1974. 90 p. (Tese M.S.).
10. MUKOLE, K. *Distribuição da renda de agricultores da Zona da Mata, MG — 1977/84*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1985. 53 p. (Tese M.S.).
11. REZENDE, G.C. Crise atual e papel do setor agrícola. *Conjuntura Econômica*, 38(6):119-123, 1984.
12. SAYAD, J. A agricultura durante a recessão. *Conjuntura Econômica*, 35(12): 105-108, 1981.
13. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Superintendência de Estatística e Informações. *Revista Indicadores de Conjuntura*, 8(3/4):473-482, 1986.
14. SINATORA, A. et alii. *Política agrária*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1985. 80 p. (Tempo de Pensar, 4).
15. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Programa integrado de desenvolvimento rural da Zona da Mata de Minas Gerais. Relatório final de avaliação*. Viçosa, UFV/Imprensa Universitária, 1986. 156 p.